

O conceito de povo no ambiente político brasileiro e argentino no Pós II Guerra Mundial.

MARIO ANGELO BRANDÃO DE OLIVEIRA MIRANDA*

Com o fim da II Guerra Mundial delineou-se um quadro em que as duas novas superpotências emergentes do conflito intensificavam suas pressões para ampliar e solidificar suas áreas de influência política. A estratégia argumentativa adotada pelos Estados Unidos, enquanto representante maior do bloco ocidental capitalista, tinha como foco principal a difusão de um conceito de democracia que estaria associado ao capitalismo e que se oporia radicalmente ao comunismo, visto como expressão de autoritarismo e totalitarismo. Diante deste mundo bipolar, dominado pelo clima da Guerra Fria, não é possível pensar as experiências políticas vividas sem se levar em consideração um vocabulário político comum, vinculado às questões prementes deste novo cenário, no qual os atores políticos do momento, nos mais variados países do mundo, tinham que se posicionar e responder as demandas e ao discurso político destes dois grandes pólos.

Na América do Sul, “um continente que, em geral, se movimenta historicamente de forma sincrônica, apesar de sua enorme heterogeneidade interna” (MADER, 2007: 14) o embate entre “democracia” e “comunismo”, já presente desde os anos 20, passa, neste momento, a ser percebido sob uma perspectiva global de um sistema de forças em oposição. O medo da expansão da revolução social proposta pelos comunistas, se por um lado obrigou as elites locais a empunhar com toda a força a bandeira da democracia que, na visão deles, era a grande vitoriosa da II Guerra Mundial, por outro contribuiu para a imposição de limites e a atribuição de significados particulares a esta noção de democracia em tempos de Guerra Fria” (REZNIK, 2004:19) ¹

* Doutorando do Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio, bolsista CAPES.

¹ No Brasil, por exemplo, estes limites se materializavam na cassação do registro do Partido Comunista em 1947 e, posteriormente, dos mandatos dos parlamentares eleitos sob esta sigla. Desta forma, valores caros à experiência democrática como a livre manifestação do pensamento e a liberdade de associação foram assim tolhidas. Além das pressões anticomunistas que excluía a participação política de grupos de posição ideológica distinta, o regime democrático brasileiro ainda tinha que conviver com resquícios autoritários que excluía do processo eleitoral a enorme gama de analfabetos considerados incapazes para o exercício do voto.

Em verdade, o novo contexto político mundial reflete, no plano lingüístico, em um processo transformação das linguagens políticas e de ressignificação e criação de novos conceitos políticos com o intuito de se mobilizar, ou de se impedir a mobilização das sociedades em torno de novos projetos políticos. Os conceitos, por cotejarem experiências parcialmente vividas, apresentam uma característica legitimadora dos rumos e projetos a serem seguidos e conferem qualidades inesperadas as expectativas de futuro. Desta forma, eles se apresentam como gênese de um futuro que depende da ação política frente à situação existente e ao diagnóstico crítico do passado histórico.

Sendo assim, para um maior entendimento acerca das linguagens políticas do período, se faz necessária à análise dos variados usos e interpretações dadas a alguns conceitos que assumem posições chave no debate político. Neste sentido, este artigo, embora apresente uma reflexão de pesquisa ainda inicial, procura dar conta de alguns entendimentos e apropriações atribuídas à idéia de povo a partir de variados atores políticos e grupos de pressão no ambiente sul-americano do Pós-II Guerra Mundial.

Apesar de entender que o ambiente da Guerra Fria conduziu a utilização comum de diversos vocábulos e conceitos na cena política sul-americana, uma interpretação generalizante destes conceitos pode desconsiderar os diferentes cenários particulares e as variadas formas de resposta oferecidas pelas sociedades sul-americanas aos seus distintos contextos políticos nacionais.

Na impossibilidade de englobar a totalidade destes cenários o artigo se concentra na análise de editoriais da imprensa e da reflexão de alguns intelectuais durante o período da primeira experiência democrática brasileira (1946-1964) e aponta para a discussão de algumas das concepções de povo incorporadas ao ambiente político argentino por ocasião da eleição e posse de Juan Domingo Perón como presidente da República, em 1946. Com o objetivo de expor algumas similaridades entre estes cenários e sinalizar para as diferenças de interpretação e significados atribuídos ao conceito de povo, a reflexão aqui apresentada, ainda em caráter inicial, procura se apoiar na perspectiva teórica da História Comparada dos Conceitos, baseada no diálogo entre as contribuições metodológicas propostas pela perspectiva da história conceitual alemã e por historiadores vinculados a chamada abordagem collingwoodiana. O campo da História conceitual comparada, ainda é incipiente e enfrenta inúmeros desafios. Entretanto, mesmo reconhecendo as dificuldades metodológicas a serem enfrentadas,

acredita-se que esta abordagem pode propiciar chaves de interpretação ao estudo das linguagens políticas sul-americanas para além das limitações das barreiras nacionais.

A abordagem da História dos conceitos, que se desenvolve há alguns anos na Alemanha, tem como objetivo dar conta das dificuldades apresentadas pela história das idéias, tal como era praticada em meados do século XX, para compreender os acontecimentos políticos do passado em sua plena historicidade. Sua crítica se fundamenta na necessidade de inscrição das idéias em seus contextos particulares e no anacronismo praticado por determinados historiadores do pensamento, que insistiam em analisar as experiências políticas a partir de cenários e reflexões que não estavam postas ao atores políticos da época.

Os estudos de Reinhart Koselleck, principal expoente desta perspectiva, procuram dar conta das transformações da linguagem ocorridas na modernidade europeia entre as décadas de 1750 e 1850². Através da análise das mudanças radicais que se sucederam no período, o autor identifica na modernidade uma temporalização que segue novos critérios. O presente é percebido enquanto possuidor de um tempo próprio carregado de sentido, e as possibilidades e expectativas de futuro se distanciam da experiência vivida.

A qualidade temporal da modernidade permite aos atores políticos de então, a utilização do tempo como ferramenta de ação política. Da mesma forma, diante da compreensão do presente, abre-se a possibilidade de se ler o passado em respeito aos limites sociais, religiosos e políticos contemporâneos, inaugurando uma perspectiva histórica subjetiva sobre os mesmos acontecimentos. O distanciamento temporal permite à crítica histórica a possibilidade de identificar os eventos passados de uma maneira diferente àquela que os contemporâneos identificaram.

Esses eventos só podem ser entendidos e interpretados através da análise de seu horizonte conceitual contemporâneo e dos usos lingüísticos compartilhados pelos atores que vivenciaram esta experiência (JASMIN E FERES JUNIOR, 2006: 23). Os conflitos políticos, as mutações de comportamento e expectativas sobre o devir, são apreendidos

² Seu empreendimento intelectual de maior fôlego foi a elaboração de um dicionário dos conceitos político-sociais fundamentais da língua alemã. O *Geschichtliche Grundbegriffe*, levou cerca de trinta anos para ser produzido e foi publicado durante os anos de 1972 e 1997. Seus nove volumes foram elaborados em conjunto com Otto Bruner e Werner Conze que faleceram durante o projeto, cabendo a Koselleck a sua finalização. (JASMIN e FERES JUNIOR, 2006: 22)

na linguagem, e através da linguagem, a partir da participação dos atores políticos neles envolvidos.

Esta nova estrutura da linguagem termina por afetar os conceitos que passam por um processo de resignificação. Diferentemente das “meras” palavras utilizadas de forma comum no campo política, os conceitos apresentam uma capacidade semântica mais extensa. (KOSELLECK, 2006: 98). Sua aplicação comumente generaliza uma concepção específica e indica algo que está além da língua, relacionando-se diretamente com aquilo que se pretende compreender, tornando inteligível o seu conteúdo. Neste sentido, um conceito não pode ser analisado isoladamente, seu entendimento deve articular o conjunto de significados que continha a época de seu uso, com a forma de seu emprego na situação em que foi produzido.

Na política, o processo de resignificação dos conceitos assim como a criação de neologismos acaba, com seu uso, por transformar o campo político e social. Segundo Koselleck, “A relação entre as palavras e seu uso é mais importante para a política do que qualquer outra arma” (2006: 77).

Cabe ressaltar que os conceitos, são históricos, ou seja, são ditos ou escritos apenas uma única vez, e sua formulação está intimamente ligada a uma situação concreta específica. Contudo, eles carregam consigo um histórico de significados capaz de justificar sua seleção e seu uso por parte dos atores políticos. Embora o uso dos conceitos seja singular, seus efeitos sobre o contexto vivido não são. O impacto de um conceito só pode ser avaliado através da análise de suas transformações ou permanências sob uma perspectiva diacrônica. (KOSELLECK, 2006: 105) Com o passar do tempo, a palavra pode permanecer inalterada, entretanto, seu conteúdo pode alterar-se substancialmente. A recepção destes conceitos possui uma história empiricamente reconstituível. É justamente a alteração dos significados e não propriamente a alteração da palavra em si que interessa à História dos Conceitos.

Para Koselleck, a história se constitui pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que as vivem. A partir do momento em que o espaço de experiência de uma determinada comunidade se transforma, altera-se também a gama de suas possibilidades futuras de transformação. Neste sentido, para se evitar anacronismos, é fundamental localizar o autor/ator em seu tempo e estar atento para não

imputar a ele um horizonte de expectativas com as quais a sua experiência vivida não é capaz de lidar. (KOSELLECK, 2006: 305-327)

Esta preocupação aproxima as proposições da história conceitual da perspectiva historiográfica proposta pelo enfoque collingwoodiano.³ Quentin Skinner (1969), em uma das primeiras formulações teóricas vinculadas a esta abordagem procurou definir novidades em relação a formulações clássicas da história do pensamento político a partir da crítica as chamadas “mitologias” da história do pensamento. Para Skinner, um ator político, ao proferir um discurso, ou um ato de fala, o faz em virtude de uma série de motivações e intenções específicas de momento que são únicas. Assim, o historiador deve evitar o “absurdo” histórico de se imputar a um autor influências e contribuições com as quais ele não tivera contato. Este erro só pode ser evitado quando se insere o autor no debate de seu tempo. Em um mesmo período, entretanto, os mesmos termos podem ser utilizados em uma variedade de intenções dispares e incompatíveis. Isto obriga também um estudo dos variados contextos em que as palavras são utilizadas.

Apesar dos diversos pontos de contato entre estas duas perspectivas teóricas, também podem ser definidos alguns distanciamentos. John Pocock outro expoente da abordagem collingwoodiana, entende que como os conceitos são únicos, uma análise de suas transformações no tempo, ou seja, de sua vida diacrônica, é inviável. Para ele, os discursos, e neles podemos incluir os conceitos, “são estruturas complexas cujos componentes existem simultaneamente no tempo, estudá-los é apostar no sincrônico” (2006: 85) Desta forma, os conceitos, assim como os contextos nos quais eles são produzidos, não poderiam ser replicáveis.

Independente destas divergências, que aparentemente indicam mais a delimitação de campos de pesquisas específicos do que propriamente distinções teóricas, de fato, as possibilidades de utilização deste encontro intelectual são muitas. Os pesquisadores do projeto *História Comparada de los Conceptos Políticos e Sociales Iberoamericanos*, coordenados por Javier Fernandez Sebastian, apostam justamente na incorporação destas duas metodologias para promover um estudo comparado da transformação dos conceitos políticos de base nos países de língua espanhola e portuguesa em ambos os lados do atlântico entre 1750 e 1850 (SEBASTIAN, 2009: 25).

³ Essa vertente, que em um primeiro momento ficou conhecida como escola de Cambridge, foi rebatizada por Quentin Skinner, um de seus principais expoentes teóricos, em homenagem ao filósofo R.G. Collingwood. (JASMIN E FERES JUNIOR, 2006: 11)

Os autores do dicionário apostam na elaboração de uma história que considere as formas de apreensão na linguagem das propostas e projetos dos atores individuais e coletivos do período, para assim alcançar uma maior compreensão de suas motivações e do sentido de sua ação política. A partir da definição de alguns conceitos básicos da linguagem política da época, seu trabalho consiste na construção de um mapa semântico que se associe e reconheça algumas das experiências históricas vividas pelos ibero-americanos à época.

Ao tentar perceber a apreensão na linguagem, do novo horizonte de expectativas políticas que se estabelece no momento em que se processam uma série de transformações na experiência vivida pelos ibero-americanos, os historiadores envolvidos no projeto do dicionário ibero-americano, procuram se aproximar do trabalho desenvolvido por Koselleck com relação aos conceitos da língua alemã. Para lidar com o desafio de ir além dos limites dos estados nacionais para elaborar uma história atlântica dos conceitos políticos, estes autores buscam relacionar um vocabulário político comum ao conjunto dos países ibéricos e ibero-americanos com os distintos elementos presentes em cada país ou região (SEBASTIAN, 2009: 31).

O processo de standardização das linguagens políticas, ocorrido no período, conviveu, por outro lado, com um movimento inverso, de “nacionalização” de uma parte do vocabulário e do significado dos conceitos, que seguia uma tendência oposta ao caminho da internacionalização. Diante disto, a adoção da metodologia comparada contribui tanto para identificação de um substrato de uma cultura política comum quanto para identificação de usos e significações distintas para os conceitos selecionados em determinados contextos específicos. Esta opera em uma dialética complexa entre cultura comum e tradições locais e regionais, unidade e diversidade. Paraphrasing Bakhtin, Sebastian afirma que o estabelecimento de diálogo entre duas culturas não conduz a uma fusão entre ambas, mas sim na possibilidade de se manter aberta a sua unidade e sua totalidade (2009: 44). Por outro lado, com a adoção desta metodologia, os autores do dicionário têm que enfrentar o risco do reforço de uma história nacional, a qual os autores pretendem superar. (PIMENTA, 2008: 58)

A despeito dos diversos desafios a serem enfrentados pela metodologia da história comparada dos conceitos, acredito que esta perspectiva de análise permite chaves de interpretação interessantes e que podem ser utilizadas para a investigação de

situações históricas diversas. Com relação às experiências políticas de Brasil e Argentina do Pós II Guerra Mundial, este manancial teórico pode contribuir para o estabelecimento de relações entre um vocabulário político comum, imposto pelo clima da guerra fria com as respostas específicas dos distintos contextos políticos destes países, constituindo-se assim em um importante elemento para o entendimento das linguagens políticas da época.

No Brasil, a elaboração de uma nova Constituição Federal em 1946 inaugurou o primeiro período democrático nacional que seria marcado pelo aumento significativo do contingente eleitoral com relação às eleições do início do século. Este aumento trouxe à política um corpo de atores que até então se encontrava alijado de quaisquer decisões ou participação no processo político. Assim, veio à tona um debate cujas possibilidades de solução atravessaram toda a década. No centro deste, estava a busca de caminhos diversos sobre como interpretar a inclusão e a participação política deste novo contingente eleitoral no regime democrático. Assim compreender, situar e conceituar estes novos atores seriam elementos fundamentais ao debate. Foi justamente neste contexto, que se estabeleceram novas discussões em torno do conceito de povo.

Em meio ao debate político em torno das eleições presidenciais de 1950, jornais como o *Correio da Manhã* e *A Noite*, distinguiam eleitores e cidadãos, identificando os partidários da candidatura Getúlio Vargas como uma “massa irracional” que não estava preparada para atuar conscientemente no processo eleitoral democrático. Entre os que se postaram a escutar os discursos de Vargas, “são classes bastante numerosas a dos ingênuos, a dos inocentes e dos saudosistas. E também duas outras menos respeitáveis: a dos curiosos e a dos espertos.” (CORREIO DA MANHÃ, 12/08/1950: 4).

Após as eleições, em editorial publicado no dia 09 de outubro, o jornal *A Noite* expressaria em seu repúdio a eleição de Getulio Vargas⁴ uma concepção democrática de viés marcadamente elitista no qual a capacidade de escolha da população e a presença das massas no processo eleitoral seria duramente questionada.

Não é sem grande dose de razão que numerosos dos mais profundos espíritos da cultura do ocidente rejeitaram a capacidade de seleção do povo, por vê-lo constantemente exposto aos equívocos da demagogia e da mistificação, para não falar na moderna técnica de mobilizar as massas (A Noite, 9/10/1950 : 3)

⁴ Em 1950, o ex-ditador Getúlio Vargas elegeu-se democraticamente presidente da República contando com os votos de 48,7% dos eleitores, contra 29,7% de Eduardo Gomes e 21,5% de Cristiano Machado.

Nota-se que neste ponto a noção de povo é identificada com a idéia de massa que, por conseguinte se distingue de uma elite por sua incapacidade de definir seu próprio destino. Neste sentido, a opinião expressa nestes editoriais parece se aproximar de proposições teóricas antiliberais, as quais, paradoxalmente, os apelos democráticos do Pós- II Guerra pretendiam refutar. No início do XX, determinados autores do pensamento social, ordenados em torno da chamada teoria das elites desenvolveram uma concepção na qual, diante da incapacidade das massas, caberia as elites o controle da administração governamental.

O engenheiro, economista e sociólogo franco-italiano Vilfredo Pareto (1966:55) definia a elite, como um grupo de indivíduos que demonstravam ser mais capazes por possuírem o grau máximo de capacidade em seu ramo de atividade, independentemente de qual fosse. Sua simples existência indicava a desigualdade natural entre os homens, da qual a desigualdade social seria um mero efeito.

A elite poderia ser distinguida entre governante e não-governante. Para este autor, haveria sempre um grupo minoritário que monopolizaria o governo permitindo apenas uma rotação entre seus membros no poder. Esta rotação se daria em virtude da existência de dois tipos de indivíduos na composição desta elite, os violentos e os astutos. Toda a mudança política se resumiria, numa menção a metáfora maquiaveliana, ao resultado do processo de luta entre os leões e as raposas. Logo, elite e contra-elite seriam os únicos agentes políticos relevantes no processo histórico, em que a massa é incapaz de intervir. As massas, por natureza desorganizadas, deveriam entregar a organização social às elites mais capazes.⁵

Voltando ao debate político brasileiro, percebe-se que a presença do povo enquanto efetivo ator político somado a um conjunto de novas demandas sociais e políticas que tiveram lugar ao longo da experiência democrática brasileira, conduziram a uma transformação no discurso, em especial das elites conservadoras. Estas passam a incorporar novas significações à noção de povo, evitando as análises que realizavam a distinção entre povo e elites.

⁵ Autores com Robert Michels complementariam esta interpretação ao afirmar que ainda que as massas resolvessem se organizar, deveriam fazê-lo através de uma minoria, dotada de regras, hierarquia e disciplina. Isto produziria uma oligarquia que assumiria o controle das ações políticas. (LESSA, 2002).

Durante a campanha para as eleições presidenciais seguintes, em 1955, o deputado federal udenista Carlos Lacerda, ao tentar desqualificar o processo eleitoral em editorial assinado para a *Tribuna da Imprensa*, procurou realizar uma distinção não entre povo e elite, mas sim entre o povo e as massas.

Impõe-se agora, a vitória do povo sobre a massa. O povo é tiranizado pela ditadura das massas que, por via eleitoral, hoje, como ontem, pelo peleguismo e suas ramificações peronistas trata de se apoderar do poder para realizar seus intentos (LACERDA, 1955: 4).

Esta massa de eleitores pode ser interpretada como o povo amorfo, inconsciente e manipulado pela propaganda demagógica que ainda não se elevou a condição de cidadão consciente capaz de definir corretamente as suas opções e preferências políticas e que acabava por tyrannizar as parcelas conscientes da população.

Contudo, esta análise não era majoritária. Diversos órgãos de imprensa valorizaram a participação popular no pleito e o “aperfeiçoamento do regime”. Ao comentar o desfecho do processo eleitoral, o jornal *Última Hora*, afirmou que deseducação das massas poderia, em alguns casos, conduzir a erros. Entretanto, o caminho que vinha sendo trilhado pela democracia brasileira era de sucesso. O grande responsável por isso seria o povo, que entendeu que não podia se desviar do caminho da democracia e da defesa dos interesses da nação. A reação à participação popular seria um ato dos “democratas de cartola” que tentavam impedir a perda de seus privilégios. “Foi-se o tempo em que com suas máscaras vistosas de democratas impávidos e suas lábias de acusadores públicos, eles ainda iludiam as massas na sua ingenuidade cívica... Hoje o povo despertou” (ÚLTIMA HORA, 10/10/1955: 4)

Em sua análise, o jornal, insiste na distinção entre povo e elite, mas procura valorizar a ação popular e desqualificar uma suposta elite dirigente. Entretanto, é necessário ressaltar que a *Última Hora*, era um jornal que se intitulava nacionalista e herdeiro dos ideais da Vargas, o que certamente o afastava dos setores mais conservadores.

Comentários acerca da capacidade da população de exercer conscientemente o voto continuaram a aparecer nos debates políticos com frequência, em especial no discurso dos derrotados nos pleitos. No contexto das eleições presidenciais de 1960, a *Tribuna da Imprensa*, identificava, através de seus editoriais, os eleitores de Jânio Quadros como sendo o contingente mais politizado do povo brasileiro, e desqualificava

a capacidade dos eleitores do marechal Henrique Lott.⁶ Contudo, a diferença que ocorre neste momento, reside no fato de que o povo não pode mais ser ignorado.

Os grupos políticos envolvidos na disputa eleitoral de 1960 passam a compreender a necessidade de vinculação de suas candidaturas a demandas populares para obtenção da vitória. Ao invés de ser questionada, a capacidade das massas eleitoras passa a ser valorizada nos discursos dos candidatos. Se de um lado, o marechal Lott e os petebistas acreditavam na “conscientização” do povo através da ideologia do nacionalismo desenvolvimentista, de outro, os partidários da candidatura de Jânio Quadros afirmavam o amadurecimento cívico estaria vinculado à necessidade de renovação da república brasileira corrompida política e financeiramente por demagogos.

No dia 19 de agosto de 1960, o *Jornal do Brasil*, publicou um editorial intitulado *Democracia sem instrumentos*, no qual estava presente uma reflexão, até então, pouco difundida entre os grupos políticos nacionais:

A politização das massas... vem-se fazendo acima e além dos partidos políticos, e a única expressão positiva e decisiva desse aprendizado se concentra no exercício do voto, cada vez mais significativo no roteiro de nossa difícil evolução democrática. A consciência do voto é, hoje, em todas as regiões brasileiras, um fato de impressionante realidade política: ninguém se dispõe a abdicar de sua validade, ninguém aceita substitutivos a esta conquista (JORNAL DO BRASIL, 19/08/1960: 3)

Dias mais tarde, a *Tribuna da Imprensa*, órgão que em momentos anteriores procurou distinguir povo consciente das massas irracionais, publicaria que “nesse período [governo JK], grandes massas do povo amadureceram, despertaram, tomaram consciência da realidade nacional e dos caminhos que ela apresenta” (25/08/1960)

Neste momento, as definições e classificações em torno do conceito de povo, sua composição e suas funções no regime democrático, também assumem características diversas. As vésperas das eleições, Tristão de Athayde⁷, em coluna assinada para o *Jornal do Brasil* no dia 22 de setembro, destacava que:

Se houve alguma coisa de positivo na vitória da Revolução de 30, foi precisamente alargar a participação do povo no processo eleitoral. E quando digo povo, incluo massas e elites [...] um dos ideais do regime democrático é precisamente integrar elites e massas, na mesma resultante: Povo, Massas e Elites, sociologicamente falando, são conceitos relativos e

⁶ No dia 26 de agosto de 1960, o jornal chegaria a publicar uma charge, de autoria de Hilde, na qual os eleitores de Lott são identificados como burros.

⁷ Pseudônimo de Alceu Amoroso Lima, um dos mais influentes intelectuais leigos do pensamento católico brasileiro da época.

subordinados a essa entidade superior, o Povo, que é o corpo da nacionalidade (JORNAL DO BRASIL 22/09/1960:3)

O colunista procurava revelar o papel fundamental do povo, e neste ponto ele inclui massas e elite, para o regime democrático. Nos debates políticos em torno das eleições anteriores, o povo também era apresentado como fundamental, entretanto, havia a preocupação, em especial por parte de setores da grande imprensa, em realizar uma distinção entre povo enquanto conjunto de cidadãos conscientes das massas deseducadas e amorfas.

A definição de povo proposta por Alceu Amoroso Lima, enquanto elemento constitutivo da realidade nacional, sujeito ativo da vida política e instância legitimadora do governo civil, parece então, se remeter a uma concepção “romântica” da idéia de povo ocorrida ainda no contexto da formação dos estados nacionais (COLLIVA, 1993 : 986-987). O povo é “descoberto” pelos românticos por três vias: pela exaltação revolucionária de uma coletividade que unida ganha força, pelo viés do nacionalismo, que através da reclamação de um substrato cultural e de uma alma que daria vida a unidade política, e pela via da reação ao utilitarismo burguês que através da fé no progresso, havia conduzido a sociedade da época a uma situação de desordem. (MARTIN-BARBERO, 2003: 36) Contudo, segundo Ludovico Incisa (1993), as disputas políticas e as batalhas em torno da legitimação dos governos conduziram a concepções diversas sobre esta idéia. Para ele, as concepções de povo podem aparecer ao longo da história política moderna, como relacionadas a condições sociais ou mesmo ao apoio político dado a propostas e projetos de governo específicos.

O debate acerca da participação popular e da idéia de povo não se limitava a imprensa e aos discursos eleitorais e encontrava repercussão no pensamento intelectual da época. Segundo Alberto Guerreiro Ramos, “a tomada de consciência de que o povo é a novidade radical do Brasil na presente época constitui requisito imprescindível, do ponto de vista teórico e prático” (1961: 46). Para ele, o surgimento do povo como agente ativo de transformação política resultava em uma necessidade de se reformar as instituições e o Estado. Com o desenvolvimento nacional o povo passa de subsidiário a agente principal dos acontecimentos. Ao longo dos anos, a história política brasileira vinha sendo conduzida por quadros da elite, estando os partidos afastados do povo e só se aproximando deles em período eleitoral. Ao povo deveria ser restituída a condição de verdadeiro dirigente do processo nacional que há muito lhe foi usurpada. (RAMOS,

1960: 230) Constituído por elementos de todas as classes sociais, majoritariamente pelos trabalhadores, o povo, através de sua consciência militante, sua vanguarda, era dirigente político do progresso nacional. Helio Jaguaribe (1958), outro autor isebiano⁸, também destaca a participação popular, mas entende que a liderança do processo de afirmação do nacionalismo brasileiro caberia aos setores dinâmicos e produtivos de cada uma das classes que compõem a sociedade brasileira e não a uma vanguarda ligada aos trabalhadores. Estes setores seriam uma burguesia que está empenhada na revolução industrial, a *intelligenza* da classe média e o proletariado que aumentou sua capacidade de consumo com a industrialização.

Neste sentido, apesar de entenderem o povo como um todo que compõe a nação, estes autores realizam suas análises identificando os setores populares a partir de um entendimento das condições sociais das respectivas classes que compõem a sociedade brasileira.

Embora as discussões sobre a concepção de povo avançassem no sentido de se incorporar a população como um todo, persistia, mesmo que concentrada especialmente em uma elite conservadora que tentava buscar explicação para o sucesso eleitoral das propostas trabalhistas, a necessidade de se realizar uma distinção entre povo, enquanto conjunto dos cidadãos conscientes, das massas irracionais, amorfas, deseducadas e manipuladas pela propaganda demagógica.

Em 1964, após a realização do famoso comício da Central do Brasil, no qual o presidente João Goulart anunciou uma série de medidas no sentido da efetiva implementação do projeto das reformas de base, as elites conservadoras paulistas organizaram a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*. Segundo seus organizadores esta seria a verdadeira reposta do povo brasileiro aos supostos arroubos autoritários do presidente. Tanto o comício quanto a marcha contaram com a participação de enorme multidão. Contudo, o *Diário de Notícias*, ao comparar a

⁸ O ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) foi criado em 1955 junto ao Ministério da Educação e Cultura graças à participação decisiva de intelectuais como Anísio Teixeira. A grande diferencial desta instituição seria sua função para além de academia. Mesmo apresentando, inúmeras distinções em suas análises, os intelectuais desta instituição objetivavam refletir acerca dos problemas fundamentais da realidade vivida pela sociedade brasileira e a propor uma ação efetiva da intelectualidade na política nacional com o intuito de transformá-la. A formulação de um projeto de desenvolvimento que entendia o nacionalismo como fator crucial de mobilização e coesão política interna estaria na base das reflexões do instituto. (TOLEDO, 1977) (MIRANDA, 2010)

expressiva participação popular nos dois episódios afirmou que, ao contrário do que havia acontecido no comício, a marcha havia contado com a participação do povo.

E quando se diz “povo” é preciso ver que a expressão não tem o mesmo significado de massa, no sentido de grupos facilmente mobilizados para servir como pano de fundo em concentrações “populares” pagas com o dinheiro da nação. “Povo” é outra coisa. É o conjunto de todas as camadas da população; em seu pensamento, seus interesses, suas inclinações e tendências resultam de uma média de opinião que só pode expressar-se através da tomada do voto dentro da diversificação partidária (DIARIO DE NOTÍCIAS, 24/03/1964: 4).

Na Argentina, o debate acerca da concepção de povo, também parece apresentar grande relevância. Em 24 de fevereiro de 1946, quatro meses após o impressionante episódio do dia 17 de outubro de 1945, no qual enorme multidão se concentrou na Plaza de Maio exigindo sua libertação⁹, Juan Perón foi eleito presidente da Argentina com uma margem de vantagem de cerca de 300 mil votos para seu adversário. Em sua campanha, Perón assumiu o discurso da justiça social e da reforma justa. Segundo Luis Alberto Romero, este discurso se coadunava com propostas que vinham sendo elaboradas pelo menos nos dez anos anteriores, o que certamente contribuiu para a aceitação por parte de eleitorado de um discurso que contrapôs “à democracia formal de seus adversários a democracia real da justiça social, e dividiu a sociedade entre “povo” e “oligarquia””.(2006: 97)

A idéia de povo era central para Perón. Na primeira frase de seu discurso de posse ante ao parlamento argentino afirmaria que “O compromisso que acabo de contrair, prestando o juramento constitucional, penetra na minha alma com o mesmo ímpeto que a minha decisão irrevogável de abraçar a causa do povo.” (CORREA e BELLOTO, 1979: 229) Para ele, inaugurava-se naquele momento, “com o triunfo do povo” uma nova fase na democracia argentina. Aqueles que viviam a margem de uma atmosfera democrática artificial que garantia os privilégios de poucos e sufocava os interesses dos pobres e das massas trabalhadoras haviam compreendido esta situação e dado um voto de confiança a seu projeto.

⁹ Vice-presidente, desde 1944, do governo militar que havia deposto o presidente Ramon Castillo em 4 de junho de 1943, o coronel Juan Domingo Perón havia sido forçado a renunciar de seu posto e preso no dia 09 de outubro de 1945 pelos próprios militares. Em sua ação como Encarregado da Direção Nacional do Trabalho criou vínculos com dirigentes sindicais e com as classes operárias e encampou algumas de suas reivindicações. Com isto aumentaram as pressões na só da oposição, como de setores conservadores que apoiavam o governo em favor da retirada de Perón do executivo.

Compreende-se que, ao desmoronar o tablado da antiga farsa, todos os cúmplices ficaram deslumbrados diante da insólita exposição da verdade nua. Foi este o estilo que comoveu as massas trabalhadoras, que as ligou às restantes classes sociais e que acabará por se impor definitivamente, como ocorre com todos os sentimentos que se aninham nas entranhas do povo. (CORREA e BELLOTO, 1979: 228)

Nota-se que no discurso de Perón a noção de povo incorpora as massas, no entanto, sua estratégia de discurso procura incorporar ao povo todos aqueles movidos por “ideais patrióticos”. Seus opositores, muitas vezes seriam colocados fora deste grupo, e, portanto, excluídos do povo. Como ressaltou Romero, seu discurso opunha o povo às elites, que assim podiam ser caracterizadas como o não-povo. Segundo Ludovico Incisa, neste contexto argentino, a categoria de povo surgia “antes de tudo, como um modo de ser aberto e voluntário” (1993: 982). Quem se posicionasse de forma diversa esta proposta, seria entendido como um corpo estranho a nacionalidade.

Esta reflexão acerca dos entendimentos da noção de povo na Argentina, ainda carece de maior pesquisa, especialmente com relação ao discurso de outros atores do cenário político á época, que não foram incorporados a este trabalho. Da mesma forma, também se pode encontrar muitos pontos de contato no vocabulário político brasileiro e argentina a partir da análise das significações atribuídas ao conceito de populismo, que certamente se constituíram em uma tentativa de interpretações do momento vivido nos dois países. Entretanto, a partir da reflexão aqui apontada, é possível perceber que, a despeito das nítidas diferenças, tanto no Brasil, quanto na Argentina, o debate político procurou, por caminhos por vezes distintos, dar conta de uma noção de povo que absorvia as massas enquanto novos atores políticos.

Bibliografia

- ATHAYDE, Tristão de. Cabeça e coração. In: **Jornal do Brasil**, 22/09/1960.
- COLLIVA, Paolo. **Povo**. In: BOBBIO, Noberto, MATELUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UnB, 1993.
- INCISA, Ludovico. Populismo. In: BOBBIO, Noberto, MATELUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UnB, 1993.
- JAGUARIBE, Helio Jaguaribe. **O nacionalismo na atualidade brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB/MEC, 1958.

- JASMIN, Marcelo Gantus e FERES JUNIOR. **Uma História dos Conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: PUC-RIO: Edições Loyola: IUPERJ, 2006
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC - Rio, 2006.
- LACERDA, Carlos. A nova proclamação da República. In: **Tribuna da Imprensa**. 20-21 de agosto de 1955.
- LESSA, Renato. A teoria da democracia: balanço e perspectivas. In: PERISSINOTO, Renato Perissinoto e FUKS, Mario (orgs.). **Democracia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- MADER, Maria Elisa N. de Sá. Novo Populismo? In: **Revista Nuevamerica**. V. 1, 2007.
- MARTIN-BARBERO, Jesus. **Dos Meios às mediações comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.
- MIRANDA, Mário Ângelo Miranda. **O Iseb seus intelectuais e a linguagem política dos anos 1950 no Brasil**. In: Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 5, Nº29, Rio, 2010.
- PARETO, Vilfredo. **Sociological Writings**. (seleção de S.E. Finer). New York: Praeger, 1966.
- PIMENTA, João Paulo Garrido. História dos conceitos e história comparada: elementos para um debate. In: **Almanack Braziliense**, n.7, maio de 2008.
- POCOCK, John G. A. Conceitos e Discursos: uma diferença cultural? Comentário sobre o paper de Melvin Richter. In: JASMIN Marcelo Gantus e FERES JUNIOR, João. **Uma História dos Conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: PUC-RIO: Edições Loyola: IUPERJ, 2006.
- PROGRAMA DE GOVERNO DE JUAN DOMINGO PERÓN. In: CORREA, Anna Maria Martinez E BELOTTO, Manuel Lelo. **A América Latina de colonização espanhola**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1979.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. Princípios do povo brasileiro. In: **O Problema nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Saga 1960.
- _____. **A crise de poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1961.
- REZNIK, Luis. **Democracia e segurança nacional, a polícia política no Pós-Guerra**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ROMERO, Luis Alberto. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- SEBASTIAN, Javier Fernandez Sebastian. **Diccionario político y social del mundo iberoamericano**. Madrid, Fundación Carolina, 2009.
- SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. In: **History and Theory** V. 8, n.1, 1969.
- TOLEDO, Caio Navarro de Toledo. **ISEB: fábrica de ideologias**. São Paulo: Ática, 1977